

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.101 - RJ (2019/0319775-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - RJ164734
RICARDO LOPES GODOY - RJ174531
RECORRIDO : MARCIA APARECIDA BINOTTI
ADVOGADO : SAMUEL FRANCISCO CORRÊA DA COSTA FRIAS - RJ153580

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO DO BRASIL S.A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"Apelação cível. Desconto indevido na conta salário da autora. Limitação em 30% da remuneração do correntista. Súmulas n.º 200 e 295 deste Tribunal de Justiça. Recurso provido em parte."
(fl. 139)

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 1º e 2º, § 2º, da Lei n. 10.820/2003, 313, 314 do Código Civil, 6º, § 1º, da LINDB e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, que a limitação das parcelas de mútuo a 30% (trinta por cento) dos rendimentos do mutuário aplica-se exclusivamente à modalidade *empréstimo consignado*, não aos contratos bancários denominados CDC Renovação e BB Crédito Salário, cujas prestações são debitadas da conta corrente do cliente.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 215).

É o relatório.

O Tribunal de origem julgou procedente o pedido da demanda e limitou as parcelas de empréstimo **pessoal** contraído pela autora a 30% (trinta por cento) dos rendimentos desta, por entender que descontos maiores poderiam prejudicar o seu sustento. Eis trecho do acórdão:

"Não obstante seja admissível o desconto de valores na folha de pagamento, quando expressamente autorizados, os lançamentos não podem prejudicar o sustento do consumidor. Nesse sentido, foram editadas as Súmulas n.º 200 e 295 deste Tribunal de Justiça, que estabelecem, independentemente da

categoria patrimonial do consumidor (militar, servidor estadual ou trabalhador celetista), o limite de 30% para descontos decorrentes de mútuo. Confira-se:" (fl. 140)

Não obstante, a leitura da petição inicial permite identificar que o contrato celebrado entre as partes não foi de *empréstimo consignado*, mas de empréstimo pessoal, contratado pela cliente para desconto em conta corrente. Diante disso, em observância a precedente da Segunda Seção do STJ, torna-se necessário reformar o acórdão recorrido para julgar improcedente o pedido autoral, uma vez que a limitação das parcelas a 30% (trinta por cento) dos rendimentos do mutuário aplica-se apenas à modalidade *crédito consignado*.

Cita-se o precedente:

"DESCONTO DE MÚTUO FENERATÍCIO EM CONTA-CORRENTE. AGRAVO INTERNO. JULGAMENTO AFETADO PARA PACIFICAÇÃO NO ÂMBITO DO STJ. DESCONTO IRRETRATÁVEL E IRREVOGÁVEL EM FOLHA E DESCONTO EM CONTA-CORRENTE. HIPÓTESES DIVERSAS, QUE NÃO SE CONFUNDEM. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA LIMITAÇÃO LEGAL AO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO DE CONTA-CORRENTE. CARACTERÍSTICA. INDIVISIBILIDADE DOS LANÇAMENTOS. DÉBITO AUTORIZADO. REVOGAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO, COM TODOS OS CONSECUTÓRIOS DO INADIMPLEMENTO. FACULDADE DO CORRENTISTA, MEDIANTE SIMPLES REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.

1. Em se tratando de mero desconto em conta-corrente - e não compulsório, em folha, que possui lei própria -, descabe aplicação da analogia para aplicação de solução legal que versa acerca dos descontos consignados em folha de pagamento.

2. No contrato de conta-corrente, a instituição financeira se obriga a prestar serviços de crédito ao cliente, por prazo indeterminado ou a termo, seja recebendo quantias por ele depositadas ou por terceiros, efetuando cobranças em seu nome, seja promovendo pagamentos diversos de seu interesse, condicionados ao saldo existente na conta ou ao limite de crédito concedido. Cuida-se de operação passiva, mediante a qual a instituição financeira, na qualidade de responsável/administradora, tem o dever de promover lançamentos.

(...)

5. Consoante o art. 3º, § 2º, da Resolução do CMN n. 3.695/2009, com a redação conferida pela Resolução CMN n. 4.480/2016, é

vedada às instituições financeiras a realização de débitos em contas de depósito e em contas de pagamento sem prévia autorização do cliente. O cancelamento da autorização referida no caput deve surtir efeito a partir da data definida pelo cliente ou, na sua falta, a partir da data do recebimento pela instituição financeira do pedido pertinente.

6. Com efeito, na linha da regulamentação conferida à matéria pelo CMN, caso não tenha havido revogação da autorização previamente concedida pelo correntista para o desconto das prestações do mútuo feneratício, deve ser observado o princípio da autonomia privada, com cada um dos contratantes avaliando, por si, suas possibilidades e necessidades, vedado ao Banco reter - sponse propria, sem a prévia ou atual anuência do cliente - os valores, substituindo-se ao próprio Judiciário.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1500846/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 01/03/2019)"

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença às fls. 110/111, inclusive no tocante à distribuição dos ônus de sucumbência.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator